



Bradespar S.A.
CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhoras e senhores acionistas,

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com expansão nos três principais setores de atividade econômica (serviços, indústria e agropecuária). O PIB apresentou crescimento, o que possibilitou a economia compensar a queda em 2020.

Nesse contexto, em 2021, a BRADESPAR apresentou desempenho recorde, alcançando o maior lucro líquido da sua história, R\$ 8,1 bilhões, reflexo do excelente resultado da empresa investida - a VALE. Com isso, no ano, a Companhia destinou aos seus acionistas dividendos e juros sobre capital próprio robustos no valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esse o maior volume anual já pago.

Cumprir destacar que, em setembro de 2021, o Conselho de Administração da BRADESPAR aprovou o aumento do capital social de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, mediante a bonificação em ações no total de 45.062.565 - sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais - que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de emissão da BRADESPAR. A operação teve o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação para tê-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.

Ressalte-se ainda que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro, os acionistas da BRADESPAR aprovaram a operação de redução do capital social, um marco na história da Companhia. A redução de capital no valor de R\$ 5,3 bilhões, sem o cancelamento de ações, possibilitou a entrega aos acionistas de ações ordinárias de emissão da VALE, na proporção de 0,332373453 ação de emissão da VALE para cada ação de emissão da BRADESPAR, reforçando o compromisso com a geração de valor aos acionistas.

Refletindo o bom desempenho da Companhia em 2021, as ações preferenciais da BRADESPAR (BRAP4) alcançaram valorização de 16% no ano, tendo inclusive, atingido patamar superior ao da sua empresa investida, a VALE.

Apesar das incertezas, 2021 foi um ano de grandes realizações para a BRADESPAR e, por isso, reforçamos os nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança em nós depositada até aqui.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

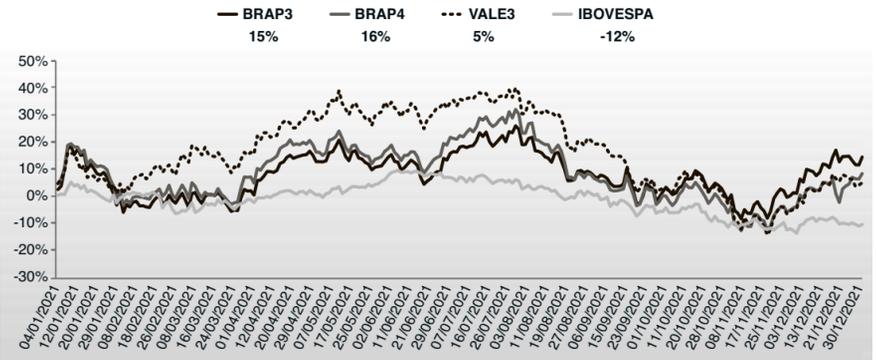
ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual a BRADESPAR tem representante no Conselho de Administração, além de representantes nos diversos Comitês de Assessoramento daquele Órgão.
Ao final de 2021, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 12,7 bilhões.

% V/T = % Capital Votante/Total



Desempenho das Ações na B3 em 2021



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	4T21	4T20	Variação %	2021	2020	Variação%
Demonstração de Resultado						
Equivalência Patrimonial	2.921.095	268.343	988,6%	8.080.515	1.506.379	436,4%
Receita Operacional	2.921.095	268.343	988,6%	8.080.515	1.506.379	436,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.980)	(3.731)	-46,9%	(12.219)	(6.372)	91,8%
Despesas de Pessoal	(4.433)	(2.990)	48,3%	(15.048)	(11.661)	29,0%
Receitas/Despesas Financeiras	48.459	2.234	2.069,2%	61.987	6.455	860,3%
Despesas Tributárias	(2.252)	(157)	1.334,4%	(25.943)	(27.749)	-6,5%
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(10.031)	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	2.960.889	263.699	1.022,8%	8.079.261	1.467.052	450,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	62.179	-	-	-	-
Resultado do Período	2.960.889	325.878	808,6%	8.079.261	1.467.052	450,7%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2021, registrou receita operacional recorde de R\$ 8,1 bilhões, com crescimento de R\$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Ressalte-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, com destaque para a expressiva geração de caixa, impulsionada por melhorias nos preços dos produtos comercializados, rigorosa disciplina na alocação de capital e melhores resultados obtidos nos segmentos de minerais ferrosos e cobre.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 62,0 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

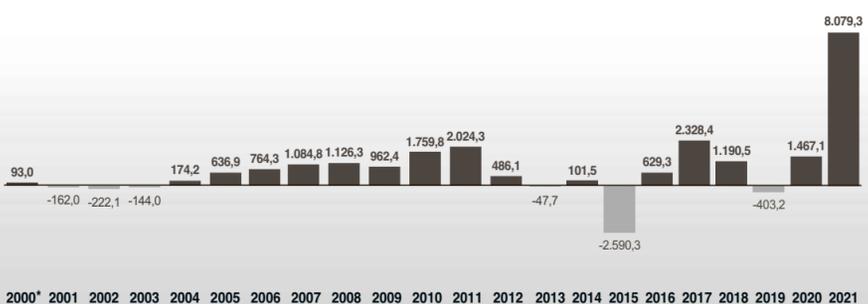
Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram, em 2021, R\$ 27,3 milhões.

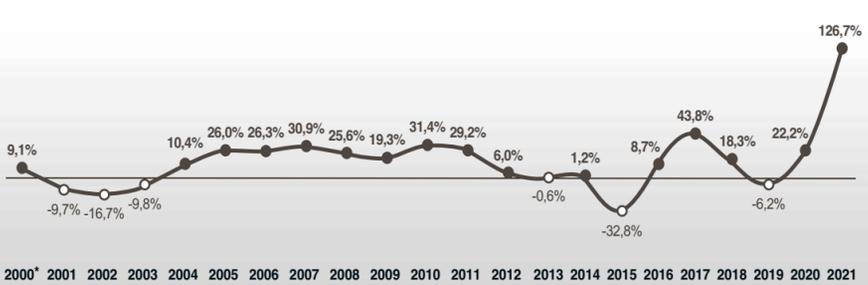
Resultado do Exercício

Em 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões, 450,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O robusto desempenho, conforme demonstrado no gráfico abaixo, é o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 126,7%.

Desempenho do Resultado (R\$ milhões)



ROAE %**



* Corresponde a 10 meses de atividades.

** ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a BRADESPAR anunciou, em 29 de outubro de 2021, pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000.000,00, sendo R\$ 5.494.099,24 por ação ordinária e R\$ 6.043.850,916 por ação preferencial, que foram pagos pelos valores declarados, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95.

Os mencionados dividendos beneficiaram os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 16.12.2021 e foram pagos 29.12.2021.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos em 2021 totalizaram R\$ 4,1 bilhões, sendo o maior volume anual já pago na história da BRADESPAR.

Histórico de Pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos



MERCADO DE CAPITAIS

Desde a sua constituição, as ações de capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de *Depository Receipts* (GDRs).

Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, desde 2001, quando aderiu ao Nível I de Governança Corporativa da B3.

Em julho de 2021 a BRADESPAR recebeu o Prêmio Broadcast Empresas na categoria especial *Small Cap*.

Em 2021, as ações da Companhia tiveram valorização de 16% (BRAP4) e 15% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA desvalorizou 12% e as ações da sua investida, a VALE, subiram 5%.

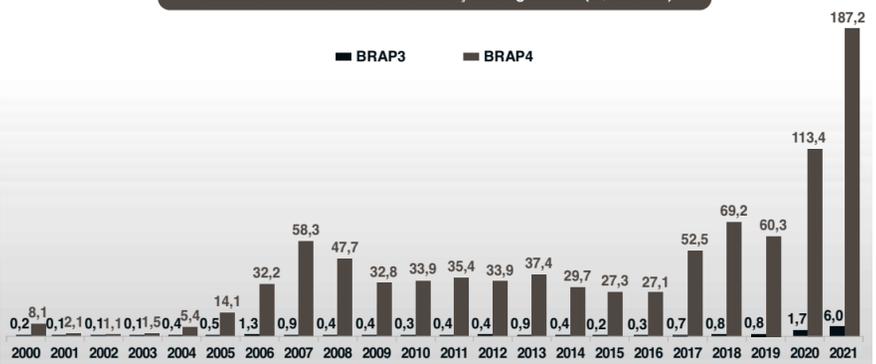
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economática

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2021 foi de R\$ 187,2 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 15.222.

Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ milhões)



Prêmio/Desconto

Ao final de 2021, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 12,7 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 27,9%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 72,1% do valor líquido de seus ativos.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 30/12/2021)

Companhias	Participação da BRADESPAR					
	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	% do Capital Total (3)	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON	77,96	163.252.389	3,34%	12.727.156	2.282.366	2.014.267
Valor Total dos Ativos da BRADESPAR (A)				12.727.156	2.282.366	2.014.267
Caixa Líquido da BRADESPAR (B) (1)				291.441	52.264	46.125
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				13.018.597	2.334.630	2.060.392
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				9.380.537	1.682.215	1.494.614
Ações Ordinárias (BRAP3)	21,78	137.989.898		3.005.520	538.963	475.654
Ações Preferenciais (BRAP4)	24,99	255.106.712		6.375.117	1.143.252	1.008.960
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				3.638.060	652.415	575.778
Desconto (2)				27,9%		

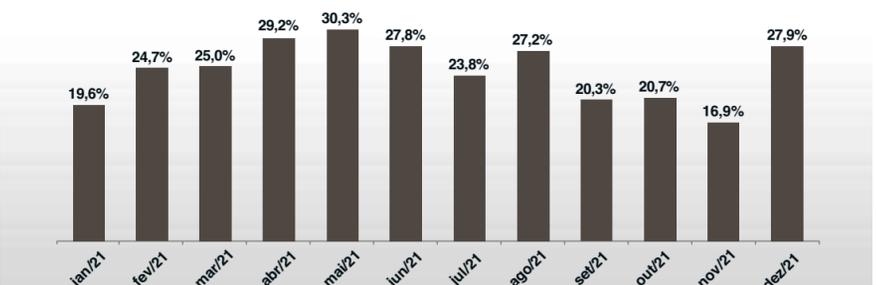
(1) Caixa Líquido em 30/12/2021;
(2) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Caixa Líquido)) - 1; e
(3) Não considera ações em tesouraria.

Histórico do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

Histórico do Desconto ao Longo de 2021



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA

Entre as maiores e mais valorizadas empresas da América Latina, a VALE está presente em cerca de 25 países, distribuídos pelos 5 continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, além de geração de energia. Em 2021, a BRADESPAR continuou com foco no acompanhamento das atividades e nas definições estratégicas da VALE por meio de representação no Conselho de Administração e nos diversos Comitês de Assessoramento e, nesse âmbito, tem prestado sua contribuição para o contínuo aperfeiçoamento da Governança da Companhia, visando os melhores padrões de segurança e sustentabilidade, rentabilidade e eficiência operacional.

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA ajustado de R\$ 168,1 bilhões, 82,2% acima de 2020, devido, principalmente, a maiores preços realizados de minerais ferrosos e cobre. O lucro líquido foi de R\$ 121,2 bilhões, aumento de 354% em relação ao ano anterior.

Destaca-se que, após a conclusão do programa de recompra de 270 milhões de ações de emissão da própria Companhia ao longo de 2021 (US\$ 5,3 bilhões), foi aprovado pelo Conselho de Administração da VALE novo programa de recompra de até 200 milhões de ações e seus respectivos ADRs, ainda em execução, representando até 4,1% do número total de ações em circulação. Regido pela disciplina na alocação de capital, o programa é executado em um período de até 18 meses, demonstrando a confiança na gestão da empresa e no potencial de criar e distribuir valor de forma consistente. A Alta Administração da VALE considera o programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis para a empresa.

Por fim, em 2021, a remuneração aos acionistas atingiu recorde US\$ 23,0 bilhões, além de US\$ 3,5 bilhões aprovados em fevereiro de 2022, cujo pagamento foi realizado em março do ano corrente.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não atetem as regras de independência estabelecidas.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no 3º trimestre de 2021, foi contratado junto aos auditores externos o seguinte serviço diferente de auditoria externa, com prazo de até um ano:

Relacionados à auditoria: 9 de setembro - Trabalho de procedimentos previamente acordados relacionados à eventos societários - R\$ 35 mil (8,3% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descrito, não afeta a independência nem a objetividade na condução do exame de auditoria externa efetuados à BRADESPAR. A política de atuação com a BRADESPAR na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se subordina aos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE	292.446	413.166	294.709	415.287	50.042	35.192	50.042	35.192	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	292.446	60.442	294.709	62.563	973	279	973	279	
Dividendos a Receber	-	352.724	-	352.724	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	17.326	5.852	17.326	5.852
					Outras Obrigações (Nota 16c)	31.641	28.990	31.641	28.990
NÃO CIRCULANTE	7.261.378	10.884.680	7.259.115	10.882.559	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	102	71	102	71
Realizável a Longo Prazo	209.689	189.918	209.689	189.918	NÃO CIRCULANTE	972	7.843	972	7.843
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12a)	209.689	182.201	209.689	182.201	Provisões e Obrigações Legais (Nota 9b - item II)	-	7.022	-	7.022
Depósitos Judiciais (Nota 9b - item I)	-	7.717	-	7.717	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	972	821	972	821
Investimentos (Nota 8)	7.050.664	10.693.863	7.048.401	10.691.742	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES...	7.502.810	11.254.811	7.502.810	11.254.811
Imobilizado	56	80	56	80	Capital Social Integralizado (Nota 10a)	500.125	4.100.000	500.125	4.100.000
Intangíveis	969	819	969	819	Reservas de Lucros (Nota 10b)	5.257.761	2.898.625	5.257.761	2.898.625
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.744.924	4.256.186	1.744.924	4.256.186
TOTAL	7.553.824	11.297.846	7.553.824	11.297.846	TOTAL	7.553.824	11.297.846	7.553.824	11.297.846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	8.017.432	1.461.081	8.017.274	1.460.597
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16d)	8.080.657	1.506.849	8.080.515	1.506.379
Despesas Tributárias	(27.251)	(18.019)	(27.267)	(18.033)
Outras Despesas Operacionais	(25.943)	(27.749)	(25.943)	(27.749)
Outras Despesas Operacionais	(10.031)	-	(10.031)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	8.017.432	1.461.081	8.017.274	1.460.597
Receitas Financeiras (Nota 11)	62.744	12.340	62.902	12.824
Despesas Financeiras (Nota 11)	(915)	(6.369)	(915)	(6.369)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 12)	-	-	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052

Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em RS por ação):

Resultado por ação ordinária	19,30	3,96
Resultado por ação preferencial	21,23	4,35

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31.12.2019	4.100.000	227.610	1.878.963	3.354.282	-	9.560.855
Lucro do Período	-	-	-	-	1.467.052	1.467.052
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-	-	-	901.904	-	901.904
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	2.368.956
Destinações:	-	73.353	718.699	-	(792.052)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(290.000)	(290.000)
- Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(385.000)	(385.000)
Saldos em 31.12.2020	4.100.000	300.963	2.597.662	4.256.186	-	11.254.811
Aumento de Capital com Reservas	1.660.125	(300.963)	(1.359.162)	-	-	-
Redução de Capital	(5.260.000)	-	-	-	-	(5.260.000)
Lucro do Período	-	-	-	-	8.079.261	8.079.261
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-	-	-	(2.511.262)	-	(2.511.262)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	5.567.999
Destinações:	-	403.962	4.853.799	-	(5.257.761)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(245.000)	(245.000)
- Dividendos Intermediários	-	-	(1.238.500)	-	(2.576.500)	(3.815.000)
Saldos em 31.12.2021	500.125	403.962	4.853.799	1.744.924	-	7.502.810

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.127)	(6.282)	(12.143)	(6.296)
Serviços de Terceiros	(10.740)	(5.284)	(10.756)	(5.284)
Outros	(1.387)	(998)	(1.387)	(1.012)
VALOR ADICIONADO	(12.127)	(6.282)	(12.143)	(6.296)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.143.401	1.519.189	8.143.417	1.519.203
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.080.657	1.506.849	8.080.515	1.506.379
Receitas Financeiras	62.744	12.340	62.902	12.824
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.131.274	1.512.907	8.131.274	1.512.907
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	8.131.274	1.512.907	8.131.274	1.512.907
Pessoal	13.325	10.484	13.325	10.484
Impostos, Taxas e Contribuições	27.742	29.002	27.742	29.002
Remuneração de Capitais de Terceiros	10.946	6.369	10.946	6.369
Remuneração de Capitais Próprios	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	2.821.500	675.000	2.821.500	675.000
Lucros Retidos/Prejuízo Compensado do Exercício	5.257.761	792.052	5.257.761	792.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em Milhares de Reais

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2021	2020
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	901.904	901.904
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	(2.511.262)	(2.511.262)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.567.999	2.368.956

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos Impostos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.080.657)	(1.506.849)	(8.080.515)	(1.506.379)
Juros, Variações Monetárias, Liquidadas	(4.989)	1.468	(4.989)	1.469
Outros	(17)	(34)	(17)	(34)
Resultado Ajustado	(6.402)	(38.363)	(6.260)	(37.892)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	13.531	65.162	13.531	65.162
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.071	(38.749)	1.071	(38.749)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	4.268.473	1.016.954	4.268.473	1.016.954
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.252.308	978.075	4.252.450	978.546
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos:				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(4.020.304)	(887.855)	(4.020.304)	(887.855)
Liquidação de Debêntures	-	(229.313)	-	(229.313)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(4.020.304)	(1.117.168)	(4.020.304)	(1.117.168)
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	232.004	(139.093)	232.146	(138.622)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	60.442	199.535	62.563	201.185
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	292.446	60.442	294.709	62.563
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	232.004	(139.093)	232.146	(138.622)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

a) Participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)
A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer Lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York - NYSE (VALE) e Madri - LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pellets, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements* implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos - CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajustes decorrente de avaliação (1)	
						2021	2020	2021	2020
						2021	2020	2021	2020
MILLENNIUM	11.919	2.263	142	-	100,00	2.263	2.121	142	470
VALE (2) (3) (4) (5)	77.300.000	221.593.260	121.227.595	163.252	3,18	7.048.401	10.691.742	8.080.515	1.506.379
Total		7.048.401	10.691.742	12.727.126		7.050.664	10.693.863	8.080.657	1.506.849

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os impactos referentes à redução de capital da Bradespar realizada em 17 de dezembro de 2021, descrita na Nota 10 item a;
- (2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Bradespar;
- (3) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar alterou seu percentual de participação na VALE, em razão da redução de capital com a entrega das ações da VALE aos acionistas da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de outubro de 2021, descrita na Nota 10 item a;
- (4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representantes e indicações no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e
- (5) Para maiores informações sobre investimento direto na VALE, ver a Nota 18.

b) Composição do investimento Consolidado avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

Empresas	Total dos investimentos (2)		Valor de Mercado (3)	
	2021	2020	2021	2020
	2021	2020	2021	2020
VALE	5.303.477	6.435.556	12.727.126	25.702.167
VALE - ajuste reflexo (1)	1.744.924	4.256.186	-	-
Total	7.048.401	10.691.742	12.727.126	25.702.167

- (1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, às diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE;
- (2) Contempla os efeitos da redução de Capital da Bradespar realizada em 17 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.260.000, sendo R\$ 3.397.379 no investimento na VALE e R\$ 1.862.621 no VALE - ajuste reflexo, descrita na Nota 10 item a; e
- (3) Valor de mercado da participação na VALE, já ajustado pela redução de Capital da Bradespar com entrega de ações da VALE aos acionistas de Bradespar, em 17 de dezembro de 2021.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- Cofins - R\$ 12.421 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 12.269): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da Cofins, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social ("PIS") - R\$ 2.691 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.658): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões fiscais

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, era responsável por processos judiciais tributários (PIS e Cofins) da ex-controlada BRADESPLAN (31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.022).

Neste exercício, com o encerramento do processo de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito, uma vez que o mesmo encontra-se em procedimentos de conversão em renda à União Federal (31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.717).

II) Movimentação das provisões fiscais:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	7.022	6.901
Atualização monetária	806	121
Baixa	(7.828)	-
Saldo no final do exercício	-	7.022

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável. O processo classificado como possível:

I) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. ("Litel"), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel buscou a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elitron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alega suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção buscando compeli-la a Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ - julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a probabilidade de perda da Bradespar.

d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias	137.989.898	122.171.449
Preferenciais	255.106.712	225.862.596
Total	393.096.610	348.034.045

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 14 de setembro de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.690.125, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 5.790.125, com bonificação de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" e do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", com a emissão de 45.062.565 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais.

Em 15 de outubro de 2021, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do Capital Social, no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da Companhia de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale, pelo respectivo valor contábil, que foi apurado após a divulgação das demonstrações contábeis da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021, a fim de ajustar o valor do Capital Social da Companhia.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
- Reserva legal (i)	403.962	300.963
- Reserva estatutária (ii)	4.853.799	2.597.662
Total	5.257.761	2.898.625

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 915.000 utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sendo 2,468833979 por ação ordinária e 2,715717377 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 245.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 0,661053907 por ação ordinária e 0,727159298 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de 0,561895821 por ação ordinária e 0,618085403 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, que foram pagos em 12 de maio de 2021.

Em 12 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 600.000, sendo R\$ 323.500 utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" e R\$ 276.500 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 1,61807527 por ação ordinária e 1,780738280 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 26 de julho de 2021.

Em 08 de novembro de 2021, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 5,494409924 por ação ordinária e 6,043850916 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 29 de dezembro de 2021.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,782471	0,860719	290.000	43.500	246.500
Dividendos pagos	1,038798	1,142678	385.000	-	385.000
Total em 31 de dezembro de 2020	1,821269	2,003397	675.000	43.500	631.500
Juros sobre capital próprio pagos	0,661053	0,727159	245.000	36.750	208.250
Dividendos pagos	9,582151	10,540366	3.815.000	-	3.815.000
Total em 31 de dezembro de 2021	10,243204	11,267525	4.060.000	36.750	4.023.250

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.079.261	(403.962)		
(-) Reserva legal	403.962	-		
Base de cálculo ajustada	7.675.299	245.000		
Juros sobre o capital próprio pagos	245.000	(36.750)		
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	208.250	-		
Juros sobre o capital próprio (líquido)	2.576.500	2.576.500		
Dividendos pagos (2)	2.784.750	36,3		
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2021	5.361.250	2.612.800		
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2020	631.500	45,3		

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada; e
- (2) Não contempla os dividendos pagos com reservas de lucros no montante de R\$ 1.238.500.

11) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	54.560	6.623	54.561	6.629
Juros sobre impostos a recuperar	5.938	4.835	5.938	4.835
Outras	2.246	882	2.403	1.360
62.744	12.340	62.902	12.824	
Despesas financeiras				
Despesas com juros de debêntures	-	(6.156)	-	(6.156)
Outras	(915)	(213)	(915)	(213)
(915)	(6.369)	(915)	(6.369)	
Resultado financeiro líquido	61.829	5.971	61.987	6.455

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 209.689 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 182.201), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	8.079.261	1.467.052	8.079.261	1.467.052
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.746.948)	(498.798)	(2.746.948)	(498.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	2.747.423	512.329	2.747.375	512.169
Despesas e provisões indutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	9	(1.667)	57	(1.507)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(83.514)	(99.663)	(83.514)	(99.663)
Juros sobre o capital próprio pagos	83.300	98.600	83.300	98.600
Outros (1)	(270)	(10.801)	(270)	(10.801)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-	-

(1) Inclui, substancialmente, realização de crédito tributário não ativado.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 331.037 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 332.351).

13) PARTES RELACIONADAS

I) Em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 208.785 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 602.496, sendo parte dos juros sobre capital próprio, no montante R\$ 353.338 deliberados em 19 de dezembro de 2019) e dividendos recebidos no montante de R\$ 4.059.688, sendo parte dos dividendos, no montante R\$ 352.724 deliberados em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 414.458), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui 6% da Companhia e R\$ 5.100 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	9.318	6.163
Total	9.318	6.163

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.705	4.597
Total	4.705	4.597

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
- Ações ordinárias	0,1139%	0,2741%
- Ações preferenciais	0,3240%	0,4766%
- Total de ações	0,2502%	

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Provisão para indenização individual e outros compromissos

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba. O saldo desta provisão é de R\$ 1.772 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.387 milhões em 31 de dezembro de 2020).

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU"). O saldo desta provisão era de R\$ 640 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 930 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Contingências e outras questões legais

(i) *Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I*

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas liminares ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação.

Em decorrência do Acordo de Reparação Integral, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetadas do Acordo de Reparação Integral, tendo as partes ratificado o termo de compromisso da Defensoria Pública de Minas Gerais. Assim, a Vale está dando continuidade à celebração de acordos individuais.

(ii) *Ação Civil Coletiva Trabalhista*

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Belém no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicato de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foi proferida decisão inicial condenando a Vale ao pagamento de R\$ 1 milhão por vítima fatal. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

(iii) *Ação coletiva nos Estados Unidos da América*

A Vale está se defendendo de uma potencial ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depository Receipts* ("ADRs") - de emissão da Vale. O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas ("Discovery"), que está prevista para encerramento em 2022.

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída perante a mesma Corte do Distrito Leste de Nova York por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da potencial ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda.

(iv) *Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe*

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas, o que lhe seria exigido pelas leis brasileiras aplicáveis e pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale a expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 1.800 milhões. Em outro procedimento recentemente apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram

em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 3.900 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

(v) *Investigações conduzidas pela CVM e Securities and Exchange Commission ("SEC")*

A Vale foi notificada de que o staff da SEC tomou uma decisão preliminar de recomendar que a SEC inicie procedimentos legais contra a Vale, alegando violações à legislação do mercado de capitais dos EUA relacionadas às divulgações e declarações feitas pela Vale sobre gestão de segurança de barragens e sobre a barragem de Brumadinho. Caso a SEC autorize o início desses procedimentos legais contra a Vale, a SEC poderá buscar uma liminar para evitar futuras violações à legislação do mercado de capitais dos EUA, a imposição de multas, restituição monetária e outras compensações cabíveis em uma demanda no âmbito de uma corte federal nos EUA. A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. Neste momento não é possível determinar um montante ou estimativa de eventuais perdas para a Vale.

(vi) *Processo Penal e Investigações*

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ("MPMG") denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais. A Vale está se defendendo das alegações criminais, e ainda não é possível estimar quando uma decisão sobre esse processo criminal será emitida.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. No entanto, essas negociações ainda estão em andamento e, portanto, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização referente a essas apólices, foi reconhecida em suas demonstrações financeiras. A regulação do sinistro de Brumadinho na apólice de risco operacional foi concluída e a Vale recebeu uma indenização no valor de R\$ 108 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) *Contingências relacionadas ao acidente da Samarco*

Os processos incluem ações civis públicas movidas por autoridades brasileiras e vários processos envolvendo reivindicações por quantias significativas de danos e medidas de reparação. O TTAC e o TacGov representam a criação de um modelo para solução das ações civis públicas movida pelo MP, bem como outros processos relacionados à reparação. Existem, ainda, ações coletivas de valores mobiliários nos Estados Unidos contra a Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos, bem como um processo criminal no Brasil. As principais atualizações com relação aos processos judiciais no exercício foram:

(i) *Ação Civil Pública movida pela União e outras e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF")*

O TacGov estabeleceu uma eventual repactuação dos programas de reparação da Fundação Renova após a conclusão dos trabalhos dos especialistas contratados para assessorar o MPF nesse processo. Em outubro de 2020, o MPF requereu a retomada da sua ação civil pública de R\$ 155 bilhões, por conta de impasse na contratação das assessorias técnicas. As negociações para repactuação tiveram início em abril de 2021, tendo sido finalizada e assinada, em junho de 2021, uma carta de princípios pelas empresas Vale, BHP e Samarco, bem como por representantes do Poder Público e de várias Instituições de Justiça. Dependendo da conclusão dos especialistas contratados e da decisão judicial a este respeito, a Vale poderá reconhecer provisões adicionais para o cumprimento dos programas determinados no TTAC.

(ii) *Ação coletiva nos Estados Unidos da América*

Em março de 2017, os detentores de títulos emitidos pela Samarco Mineração S.A. entraram com uma potencial ação coletiva no Tribunal Federal de Nova York contra a Samarco, Vale, BHP Billiton Limited, BHP Billiton PLC e BHP Brasil Ltda. com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários ("*U.S. Federal Securities laws*"), que foi julgada improcedente em junho de 2021. Assim, o caso está encerrado e será arquivado.

(iii) *Denúncia criminal*

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida.

Seguros

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Vale vem negociando o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$ 181 milhões (2020: R\$ 86 milhões). A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures".

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquivava suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no site www.cvm.gov.br.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glúher
Maurício Machado de Minas
Fernando Jorge Buso Gomes
José Luiz Osório de Almeida Filho

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Marcelo Santos Dall'Occo

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Ariovaldo Pereira
João Carlos de Oliveira
Joaquim Caxias Romão
Ricardo Reisen de Pinho
Wilfredo João Vicente Gomes

Suplentes

Clayton Neves Xavier
João Batista de Moraes
Fabio Guimarães Vianna
Raphael Manhães Martins

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, e à vista do Relatório de Revisão elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, são de opinião de que: 1) as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade; e 2) os referidos documentos estão em condições de ser submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na próxima Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, SP, 28 de março de 2022

Membros do Conselho Fiscal

João Carlos de Oliveira

Joaquim Caxias Romão

Wilfredo João Vicente Gomes

Ricardo Reisen de Pinho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradespar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. e da Bradespar S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Porque é um PAA

Investimento direto na Vale S.A. ("Vale")

Conforme divulgado nas notas 1(b), 3(h), 8 e 18, a Companhia detém participação societária na Vale, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando sua influência significativa.

As demonstrações contábeis da Vale apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro dos eventos e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis, que podem afetar o resultado da Vale e consequentemente o resultado da Companhia de forma relevante, envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para descaracterização de barragens: A provisão para descaracterização de barragens envolve um alto nível de julgamento crítico por parte da administração da Vale, bem como alto grau de complexidade na determinação das soluções e premissas de engenharia, uma vez que as referidas barragens e estruturas possuem características diferentes e encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual.
- Provisão para contingências tributárias: A determinação do valor da provisão e dos passivos contingentes depende de julgamentos críticos da administração da Vale quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação. Devido às incertezas inerentes a essas estimativas e a relevância que as mesmas têm na apuração dos resultados da Vale e na consequente apuração do resultado de equivalência patrimonial e determinação do saldo de investimento nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, os assuntos acima foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Contingências fiscais e cíveis

Conforme divulgado nas notas 3(i) e 9, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda, a mensuração e divulgação das contingências envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, devido à relevância e o nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda e a mensuração de cada processo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale. Adicionalmente, os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação e o envio de instruções aos auditores em relação ao objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Assim, analisamos as comunicações e relatórios recebidos dos auditores da Vale e discutimos os procedimentos realizados e os resultados alcançados. Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Vale; e
- As divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vale e as correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como confirmamos com os assessores jurídicos externos os dados dos correspondentes processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais e cíveis, bem como as divulgações efetuadas são razoáveis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

INFORMAÇÃO TEM EM TODO LUGAR.

INFORMAÇÃO DE VALOR, SÓ A GENTE TEM.

O Valor Econômico tem a melhor equipe de jornalistas que apura e analisa as notícias que importam para o seu negócio.

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios.

Ligue e assinhe agora:
0800-701-8888
assinevalor.com.br